

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000517-63.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **GILBERTO APARECIDO ALTEIA**
Requerido: **Vivo S.A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou que mantinha linha telefônica com a ré há quase trinta anos e que ela foi cancelada pelo não pagamento de uma fatura vencida em 18/08/2016 sem que tivesse recebido qualquer aviso de que isso sucederia.

Alegou ainda que tentou resolver a situação de diversas maneiras, inclusive com a aquisição de nova linha, sem êxito.

Almeja ao ressarcimento dos danos morais que experimentou.

O autor desde o início do processo reconheceu que o cancelamento dos serviços contratados com a ré aconteceu porque não pagou uma fatura a eles relativa.

Aliás, em momento algum veio aos autos a comprovação da quitação dessa fatura.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Esse cenário já denota que a ré tinha amparo para proceder ao cancelamento da linha em apreço, ausente preceito legal específico que a obrigasse ao cumprimento de procedimento anterior a isso.

Por outro lado, as providências voltadas à aquisição de uma nova linha que o autor descreveu não contaram com o apoio de lastro material que as amparasse.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, denota que não se vislumbra ato ilícito por parte da ré que pudesse render ensejo a danos morais em face do autor.

Não se pode olvidar como se não bastasse que a vida em sociedade nos dias de hoje é permeada de transtornos e frustrações, muitas vezes causadas até por ações inadequadas de terceiros.

Entretanto, somente aquelas extraordinárias, realmente graves e que propiciem sofrimento profundo que provoque consistente abalo emocional podem dar causa à indenização por danos morais.

Inexiste prova consistente de que a espécie vertente tivesse contornos de tal ordem.

Por outro lado, as testemunhas inquiridas indicaram que a situação posta trouxe problemas ao autor porque a linha telefônica era utilizada em seu restaurante, na esteira da réplica de fls. 63/65, mas isso igualmente não se revela bastante para alterar o quadro delineado (registre-se, uma vez mais, que o cancelamento dos serviços foi implementado ao que consta de maneira regular).

Na verdade, se a questão for analisada sob essa ótica seria de rigor a conclusão de que ela concerne a pessoa jurídica, de sorte que a indenização pertinente passaria pela comprovação do abalo de sua imagem e haveria de ser precisa, como já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça:

“Já no que toca a indenização por danos morais, não se desconhece que a pessoa jurídica pode ser passível de sofrer abalo moral, tanto assim é que é o que dispõe a Súmula 227 do Superior Tribunal de Justiça: 'A pessoa jurídica pode sofrer dano moral'. Todavia, tratando-se de pessoa jurídica, o dano de natureza objetiva deve ser concreto, nada se presumindo a respeito” (TJ-SP, 3ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 0001925-07.2010.8.26.0220, rel. Des. **BERETTA DA SILVEIRA**, j. 31.07.2012).

No mesmo sentido: Apelação nº 0123816-35.2008.8.26.0100.

Ora, como comprovação dessa natureza não foi produzida com a necessária segurança, a postulação vestibular não prosperaria a esse título também.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação,
mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios,
com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímese.

São Carlos, 21 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**